

# UMA INVESTIGAÇÃO CRÍTICO-AVALIATIVA DOS IMPACTOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA RESOLUÇÃO N<sup>o</sup> 10/ 2004

---

**Jorge Expedito de Gusmão Lopes**

*PhD em Educação (Pensylvania State-EUA) e  
Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
jlopes@ufpe.br*

**José Francisco Ribeiro Filho**

*Dr. em Ciências Contábeis (USP) e Professor da  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
francisco.ribeiro@ufpe.br*

**Caio Eduardo Silva Mulatinho**

*Msc. em Ciências Contábeis (UnB/UFPE/UFPB/UFRN),  
Professor da Faculdade Boa Viagem (FBV) e da Faculdade de  
Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA)  
caiomulatinho@yahoo.com.br*

**Marleide Maria Macedo Pederneiras**

*Msc. em Ciências Contábeis (UnB/UFPE/UFPB/UFRN) e  
Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
marleide@gmail.com*

**Umbelina Cravo Teixeira Lagioia**

*Dra. em Administração (UFPE) e Professora da  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
umbelinalagioia@terra.com.br*

## RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar a percepção dos estudantes quanto aos impactos das diretrizes curriculares propostas pela Resolução CNE/CES nº 10/2004 em Cursos de Graduação em Contabilidade, em uma universidade pública e uma privada. Este estudo teve por característica uma abordagem empírico-teórica como meio para obter os dados necessários ao seu desenvolvimento, através da aplicação de um questionário estruturado com 23 questões, caracterizando o método indutivo. Para que fosse possível verificar a existência de diferença de percepções utilizou-se além da análise descritiva o teste estatístico *U de Mann-Whitney*. Concluiu-se que a percepção dos estudantes da IES pública no que diz respeito às providências existentes na Resolução citada reflete, em sua maioria, impactos negativos no Curso da instituição à qual eles encontram-se vinculados, enquanto a percepção daqueles vinculados à IES privada sobre esses mesmos aspectos reflete, em sua maioria, impactos positivos no curso da instituição à qual estão vinculados.

**Palavras-chave:** Resolução CNE/CES 10/2004, Diretrizes curriculares, IES pública, IES privada, Estudantes.

## ABSTRACT

*This article is aimed at analyzing students' perceptions in relation to the impacts of the curricular guidelines proposed by number 10/2004 CNE/ CES Resolution in Accounting Undergraduate Courses in a public and a private university. This study features an empirical and theoretical approach as a means of collecting necessary data to its development through the application of a 23-question questionnaire, characterizing the inductive method. In order to verify the different perceptions, Mann-Whitney's statistical U test has been used in addition to a descriptive analysis. It has been concluded that Public Higher Education Institution – HEI - students, as far as the Resolution is concerned, demonstrated in their great majority negative impacts, while those who go to private Higher Education Institutions under the same circumstances have reflected positive impacts.*

**Key words:** 10/2004 CNE/CES Resolution, Guidelines, Public Higher Education Institutions – HEI. Private Higher Education Institutions – HEI, Students.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente investigação traz algumas reflexões sobre o ensino da Contabilidade nos cursos de graduação em consonância com as leis e diretrizes que orientam às Instituições de Educação Superior (IES), na preparação curricular e no perfil buscado à formação do Contador por meio de Projeto Pedagógico, especificamente a Resolução nº 10 do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Superior (CES), sancionada em 16 de dezembro de 2004. Neste sentido, procura apresentar aspectos relevantes do ponto de vista institucional, especificamente relativos as percepções dos discentes, no que concerne à grade curricular do curso de Ciências Contábeis a que está vinculado e no perfil profissional que este curso deseja para seus egressos.

A justificativa de se tratar sobre a educação contábil é respaldada na concepção de que a Contabilidade por ser entendida como um sistema de comunicação, sobretudo relativo aos eventos econômicos de uma entidade, formado pelo emissor, que é o profissional contábil, que produzirá e transmitirá informações ao receptor, que é o usuário da Contabilidade (IUDICIBUS, 1997). E deste emissor, segundo Welfort (2005), espera-se que seu nível educacional seja adequado o suficiente para atender plenamente as necessidades dos usuários das informações contábeis, no que tange as decisões operacionais, financeiras, econômicas e sociais de uma entidade.

Entretanto, do ponto de vista do grau de desenvolvimento da educação contábil no Brasil, Leite (2005, p. 249) alerta que a formação na área não obteve o êxito verificado em outras ciências, onde o mesmo apontou alguns fatores que contribuíram para esta defasagem, valendo destacar a expansão desenfreada das instituições de nível superior, sem um mínimo de estrutura, resultantes de um baixo custo de instalação e manutenção verificados nos cursos da área.

Por outro lado, de acordo com Pereira e Lopes (2005) a referida Resolução contempla as orientações da Comissão de Especialistas de Ensino em Ciências Contábeis-CEE e da Secretaria de Ensino Superior-SESu, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura-MEC, na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis e propõe um perfil desejado na formação de profissionais para este curso, além de expor as competências e habilidades que o bacharel deverá possuir no exercício de sua profissão.

E, segundo Mulatinho (2007) e Pereira (2005), a Resolução nº 10 atende as tendências e exigências globais e acadêmicas de formação em nível internacional, ético, humanístico, técnico e científico, que estão respaldados por documentos emanados por órgãos como o IFAC (*International Federation of Accountants*) e o ISAR (*Intergovernmental Working Group on Experts on International Standards on Accounting and Reporting*), que dentre os fins almejados por estas entidades internacionais estão o de buscar uma *marca de nível* na formação de recursos humanos na área contábil, sempre no horizonte de um plano mundial.

A partir desse contexto, surgiu a motivação para a realização desta pesquisa, no sentido de investigar esse cenário formativo sob a visão dos atores envolvidos, ou seja, os estudantes de graduação do curso de Ciências Contábeis, conside-

rando-se a perspectiva da instituição à qual ele está vinculado, sendo pública ou privada. Para tanto, tomou-se como objetivo geral deste artigo analisar a percepção dos estudantes quanto aos impactos das Diretrizes Curriculares proposta pela resolução CNE/CES nº. 10/2004 em Cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil, sob o prisma de em uma universidade pública e outra privada.

Por fim, o trabalho está estruturado de forma a obter uma melhor compreensão da problemática levantada. Dessa forma, no próximo tópico são apresentados inicialmente alguns comentários acerca da educação contábil e sua perene necessidade de adequação a uma realidade cada vez mais dinâmica. Em seguida, deu-se ênfase na atuação do MEC, no contexto recente brasileiro, como órgão responsável, dentre muitas atribuições, pelo estabelecimento das Diretrizes Curriculares na formação de profissionais contábeis no País. Ainda, abordou-se sobre o nível de discussão concernentes à formação do contador, agora em um contexto internacional, sobretudo nos avanços que tem ocorrido na preparação destes profissionais para um mundo globalizado. Por fim, realizou-se algumas reflexões com base nas contribuições teóricas de educadores no sentido de expor os alguns fatores que devem ser considerados na estruturação e elaboração de um projeto pedagógico.

## 2 PRINCIPAIS MARCOS TEÓRICOS

De acordo com Lopes (1997) *apud* Mulatinho (2007), as escolas universitárias do futuro precisam se adequar ao modelo da *Escola Contingencial*, onde a ação humana influencia e é influenciada pelo ambiente em que convive. Dessa forma, destaca que a velocidade do desenvolvimento científico-tecnológico e a promissora e já existente eclosão global, não podem ser descartados pelas escolas de ensino superior, fatos esses oriundos de uma realidade social conflitante. Ainda, defende que o exercício e prática da ótica sócio-ambiental trazem consigo uma reflexão no que diz respeito ao ensino praticado, alertando as escolas de todo o mundo, na organização de seus programas, à necessidade de uma postura de responsabilidade, criatividade e nível de criticidade dos que se submetem ao aprendizado do conhecimento.

Dentro desse contexto, a formação educacional do Contador que atuará neste cenário merece atenção especial por parte dos governos, instituições de ensino, educadores, entidades normativas e de representação da classe profissional, tanto na esfera nacional quanto internacional.

Mulatinho (2007) destaca que um dos aspectos a ser focado à formação profissional do Contador é o currículo adotado, que são fruto dos agentes responsáveis pela operacionalização dos objetivos pré-definidos no Projeto Pedagógico das instituições de ensino superior que ofertam o curso de Ciências Contábeis. Este currículo deve dar condições necessárias para que o egresso esteja apto a desenvolver e a contribuir para o aprimoramento das práticas e teorias no campo contábil.

O mesmo autor também defende que este currículo deverá ser fruto de criteriosa análise antes de sua aplicação prática. Entretanto, fica evidente, ao vislumbrar a conceituação do currículo por parte de alguns pedagogos, que este deverá ser um

instrumento de transmissão do conhecimento, resultante de um processo evolutivo, que está em constante mutação.

Dentre muitos autores especialistas na área, vale ressaltar a contribuição do Doutor em Economia e Estudos Sociais, Ivor Goodson (1995), desenvolvedor de pedagogias alternativas que promovam inclusão social, quando afirma que o currículo não pode ser entendido como algo estático, fixo, “mas como um artefato social e histórico, sujeito a mudanças e flutuações”.

Nesse contexto, ao visualizar o desenvolvimento e evolução da Contabilidade, que segundo Hendriksen e Van Breda (1999) e Iudícibus (2004), se deu através do desenvolvimento sócio-econômico, e que as modificações curriculares procuraram acompanhar este desenvolvimento, passando por diversas alterações, desde a regulamentação da profissão, com inclusão de novas disciplinas e alterações de ordem das disciplinas existentes, no intuito de minimizar o distanciamento entre os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de novas competências e habilidades atreladas às exigências mercadológicas. (MULATINHO, 2007)

Entretanto, o processo de construção de projetos curriculares, segundo Santomé (1998, p. 223), requer uma série de condições que nem sempre podem ser satisfeitas pelo corpo docente.

Daí faz-se necessário discutir, refletir, nos projetos curriculares, as razões pelas quais se opta por tal disciplina, imposta na grade curricular ou mesmo oferecida eletivamente. Não se deve esquecer que, o movimento de mudanças a favor de projetos curriculares, impostas pela legislação é mais uma tentativa plausível de integrar proposições com o conjunto de tarefas a serem realizadas pelo corpo docente para os discentes, nas IES.

Então, refletir sobre a formação do contador e a necessária reestruturação dos cursos, tem sido alvo de interesse e de debates entre órgãos e educadores.

Dentro do contexto de reestruturação curricular e consequente impacto na formação de profissionais Contábeis, vale destacar a atuação do MEC, em um contexto recente, na preocupação latente com as IES brasileiras, no que diz respeito à formação.

Os próximos parágrafos são destinados a evidenciar brevemente essa atuação, bem como destacar pesquisas que trataram sobre a Resolução nº 10 e da importância e dificuldade de se estabelecer um projeto curricular para um curso superior de Contabilidade.

Em 1961, o MEC aprovou a Lei n. 4.024, que instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde foi estabelecida a fixação de currículos mínimos dos cursos de bacharelado em Contabilidade de todo o país. Cheiub (2004) ao analisar tal lei, apontou alguns objetivos buscados para uma qualidade de formação, como segue: facilitar a transferência entre instituições; fornecer diploma profissional; assegurar uniformidade mínima profissionalizante; permitir a fixação de tempo útil mínimo, médio ou máximo, desde que isso não significasse a redução na qualidade do ensino; e, observar as normas de modo a assegurarem o mesmo estudo, com os mesmos conteúdos, duração e denominação, em qualquer IES.

Outro ponto de destaque, no contexto brasileiro, no avanço para uma melhoria na qualidade do ensino superior, ocorreu

durante a década de 90, Castro (1999), ao perceber as ações do MEC nesta década, dentre muitos indicadores, ressalta o estímulo da participação de todos os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, promovendo o alargamento da prática da pesquisa, bem como na emissão de regulamentos, induzindo alterações na legislação pertinente.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a flexibilização dos conteúdos, a melhoria nas condições de ensino e a adoção de instrumentos de avaliação, eram bastante pertinentes à melhoria das condições de formação superior.

Os legisladores, entendendo que para uma formação adequada, seria necessária uma definição clara dos objetivos que os cursos de bacharelado deveriam oferecer, bem como na concepção de que a responsabilidade de desenvolver um projeto curricular, e sua operacionalização pelas IES, sobretudo pelos docentes, deveria ser segundo Marion (1992), em primeira ordem, da comunidade acadêmica.

Em 1996, o MEC aprovou a Lei nº 9.394, que trouxe explicitamente a intenção de formar profissionais adaptáveis às novas demandas e exigências, com uma formação caracterizada pela solidez básica e profissional de conhecimentos, e ainda, com currículos flexíveis. Esta nova LDB trouxe avanços significativos no campo educacional para as escolas de todo o Brasil.

Em 1997, o MEC outorgou o Edital nº. 04, convocando as IES para o encaminhamento de propostas curriculares, no intuito de elaborar as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Este Edital também apresentou competências e habilidades, definindo o perfil geral dos profissionais de Contabilidade. Neste sentido, este Edital (1997) descreve em um dos seus trechos que os “profissionais dotados de competências e habilidades, viabilizem aos agentes econômicos o pleno cumprimento de sua responsabilidade de prestar contas da gestão perante a sociedade (*‘accountability’*)”.

Em 2002, o MEC, através da Câmara de Educação Superior (CES), apresentou o Parecer nº. 146, com base nas propostas dos projetos pedagógicos enviadas, obrigadas pelo Edital citado anteriormente. O conteúdo está relacionado às Diretrizes Curriculares Nacionais de diversos cursos, em especial da Contabilidade.

Destaca-se, até então, a preocupação do MEC com a formação do contador, a respeito de sua capacidade de responder aos anseios da sociedade, enquanto prestador dos serviços.

Em 16 de dezembro de 2004 o MEC homologou a Resolução nº. 10, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior em todo o território nacional.

As ações saneadoras previstas nesta Resolução têm propiciado rearranjos institucionais de ensino superior com dinâmica na grade curricular. E, de acordo com o Art. 2 desta Resolução, tal dinâmica deverá ser estabelecida através do *Projeto Pedagógico*, observando outros aspectos, tais como o perfil profissional que as instituições pretendem formar, sistemas de avaliação do estudante e do curso, estágio e atividades complementares.

É importante destacar que esta Resolução, em seu Art. 5º, realça a inclinação dos cursos de Ciências Contábeis às exigências de organismos internacionais, tais como a Organização Mundi-



al do Comércio (OMC), ISAR e IFAC em proporcionar harmonização das normas e padrões contábeis internacionais, bem como na formação desses profissionais. Ressaltando o aspecto da organização curricular, em seus conteúdos, na adequação às novas demandas.

Já no contexto internacional, resultante das discussões acerca da educação contábil e da harmonização de suas normas, em 1982 foi criado um grupo de trabalho subordinado a UNCTAD (*United Nation Conference Trade and Developed*), denominado *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR), que dentre outros objetivos está o de promover estudos e debates em Contabilidade, formação profissional e divulgação/publicação de informações.

Em 17 de fevereiro de 1999 foram aprovados na 16ª reunião da UNCTAD, em Genebra na Suíça, dois importantes documentos relativos à formação do Contador, foram eles: TD/B/COM.2/ISAR/5 (TD5) e TD/B/COM.2/ISAR/6 (TD6) denominados respectivamente de *Directiva para la Elaboración de un Programa Mundial de Estudios de Contabilidad y Otras Normas y Requisitos de Cualificación e Global Curriculum for the Professional Education of Professional Accountants*.

Em 31 de julho de 2003, foi aprovado na 20ª reunião da UNCTAD, outro documento na mesma linha dos anteriormente citados, o TD/B/COM.2/ISAR/21 (TD21), trazendo correções e modificações referentes às diretrizes curriculares propostas no TD6. Essa revisão já estava prevista no documento TD6, e foi resultante da necessidade de reforço na formação do Contador, principalmente baseado na quebra de grandes empresas norte-americanas ocorridas durante os anos de 2001 e 2002.

Nota-se que no âmbito nacional e internacional os esforços na formação do Contador tem sido evidentes.

Por fim, ao analisar a evolução dos currículos em Ciências Contábeis pode-se verificar que estes estiveram em constante mutação, com legislações sempre preocupadas em formar recursos humanos hábeis, multidisciplinares, criativos, críticos, flexíveis às mudanças de ambiente, e com um profundo embasamento técnico-científico.

Em recente pesquisa sobre a Resolução nº 10, anteriormente referida, e das diretrizes curriculares propostas pelo ISAR/UNCTAD/ONU (TD6 e TD21 revisado), Pereira (2005) concluiu que a Resolução contempla o currículo mundial, demonstrando que há um elevado grau de adequação entre as diretrizes, onde foi alcançado através de comparação dos conteúdos dos mesmos. Tendo em vista os achados da pesquisa, o autor sugeriu que as IES brasileiras que oferecem o curso de Ciências Contábeis podem migrar para a estrutura proposta do currículo mundial de modo integral. Dessa forma, capacitando os egressos desses cursos a atuarem num contexto nacional e internacional.

Nesta mesma linha, dentre diversos autores, Riccio e Sakata (2004, p. 36) apontam que “as instituições educacionais estrangeiras e brasileiras iniciaram um processo de adaptação às pressões da globalização através da internacionalização dos currículos”.

Dessa forma, a Resolução nº. 10 contempla uma formação *ideal* dos bacharelados dos cursos de Contabilidade, inclusive com aderência aos organismos internacionais.

Por outro lado, a estrutura da grade curricular é a arte de “construir” um profissional preparado para exercer sua função com competência e habilidade, com responsabilidade, com ética, para o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Todo este processo de construção da grade curricular deverá prever *o plus* da interdisciplinaridade, próximo de formar um profissional capaz de autogerir-se, auto-investigar-se e, depois, com *pernas* próprias, dar continuidade à sua formação.

Ao pensar a formação do contador, com formação “suficiente”, passa-se, assim, a conceber a necessidade premente de que o projeto curricular deverá ser refletida e construída à luz das diretrizes estabelecidas pela resolução em questão.

Poder-se-ia perguntar, que tipo de (re)formação será mais viável para preparar os profissionais com capacidades necessárias ao desempenho do seu trabalho?

A efetiva necessidade de se ter uma estrutura curricular suficientemente adequada na formação do profissional, deve-se procurar constatar a forma de organização do trabalho em sala de aula, a forma como se dão as relações que caracterizam o trabalho de produção do conhecimento em ação. Cunha (1998, p.87), destaca que, é deste olhar que se retiram os dados para a construção e análise de demais categorias.

É comum na organização do trabalho em sala de aula o uso da memória pedagógica dos alunos, o exercício inicial a partir do concreto, a ênfase no trabalho coletivo e a valorização dos processos de reflexão (CUNHA, 1998, p. 87).

Outro ponto que merece realce é a concepção de conhecimento. O conhecimento como construção, como incentivo à dúvida, à valorização e o trabalho a partir dos erros percebidos nas práticas expostas pelos professores no ambiente de sala de aula.

De acordo com Cunha (1998), as maneiras como os professores conduzem suas propostas de trabalho, estimulando a participação dos alunos, fazem da aula espaço para dúvidas, leituras e interpretação de textos, trabalho em grupo, poesias, músicas, observações, vídeos.

Essas concepções levam a refletir que não adiantaria os esforços de se ter uma grade curricular pertinente aos anseios acadêmicos e empresariais, se não houver professores comprometidos e aptos à operacionalização dos objetivos do curso.

Procedimentos simples do professor na sala de aula são dados pela forma com que ele concebe e estimula a participação do aluno, motivando-o para participação ativa, deixando de lado as dicotomias existentes nas IES.

O próprio plano pedagógico ou pode-se assim chamar “contrato pedagógico” deverá ser dinâmico, reflexivo, buscando na produção do conhecimento a interdisciplinaridade, fundamentada na preparação para formação do contador que passa por toda necessidade de se ter parâmetros do que seja o regimento interno e a quebra de paradigmas existente no sistema educacional superior brasileiro.

### 3 PROCEDER METODOLÓGICO

Tendo em vista o respaldo teórico da presente pesquisa, utilizou-se uma abordagem de pesquisa indireta, por meio de

análise bibliográfica em livros, artigos científicos, sítios da *internet*, acompanhadas de uma análise documental, no qual foi analisada brevemente, do ponto de vista do MEC, a evolução das legislações pertinentes à educação brasileira, com ênfase na formação do contador, especialmente a Resolução nº 10/ 2004 CNE/CES, objeto da presente investigação.

Esta pesquisa teve por característica uma abordagem empírico-teórica como meio para obter os dados necessários ao seu desenvolvimento, através da aplicação de um questionário estruturado com 23 questões, caracterizando assim o método indutivo. Este foi elaborado de forma que as respostas seguissem uma escala *likert* de cinco pontos, indo de: *concordo totalmente* (ponto 1) até *discordo totalmente* (ponto 5).

A amostra foi selecionada com base na viabilidade da pesquisa, e como tal, caracteriza-se numa seleção por conveniência. Foram analisados estudantes do último período do curso de graduação em Ciências Contábeis de duas Universidades, uma pública e outra privada, sendo as duas no estado de Pernambuco, localizadas na Região Metropolitana do Recife.

Os questionários foram aplicados a um total de 146 estudantes no período de março a abril de 2007, dos quais 87 são da IES pública e 59 da IES privada.

As respostas obtidas foram tabuladas com o auxílio do software estatístico *SPSS – Statistical Package for the Social Sciences 13.0 for Windows* e examinadas de modo a analisar se há diferença estatisticamente significativa na percepção dos estudantes sob a perspectiva da instituição à qual este esteja vinculado.

Para que fosse possível verificar a existência dessa diferença de percepções utilizou-se o teste estatístico *U de Mann-Whitney* que de acordo com Siegel (2006) é um dos testes não-paramétricos mais poderosos, utilizado para testar se dois grupos independentes foram extraídos de uma mesma população, ou seja, se as percepções dos respondentes diferem, neste caso, se analisadas por instituição.

Dessa forma, tem-se como orientação desta investigação o seguinte sistema de hipóteses a serem testadas:

$H_0$ : A percepção dos discentes não possui diferença significativa;

$H_1$ : A percepção dos discentes possui diferença significativa.

Tomou-se como nível de significância 0,05 para que se rejeitasse a hipótese nula, ou seja, para *p-valores* inferiores a 0,05 aceita-se a hipótese alternativa.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Na Tabela 1 estão dispostas todas as questões com o respectivo resultado do teste estatístico referente à perspectiva da Instituição de Ensino Superior (IES) à qual o estudante está vinculado, bem como a decisão concernente às hipóteses do referido teste. A título de complemento para as análises tomou-se como apoio a tabela que encontra-se no Apêndice A, que fornece os percentuais relativos das repostas para as duas instituições em cada questão.

Com isso pôde-se analisar o direcionamento, a tendência das respostas obtidas. Vale ainda salientar que a numeração das perguntas nas tabelas inicia-se a partir do numeral 2 devido ao fato de que a primeira questão indagava a instituição à qual o

alunos estava vinculado no momento.

Para melhor compreensão e também como uma maneira de tornar a seqüência das análises menos cansativa ao leitor, dividiu-se as questões analisadas em quatro grupos de acordo com seu conteúdo, a saber:

- a) Da questão 2 até a 9: tratou-se de **aspectos gerais** da Resolução no 10, por exemplo, o conhecimento, a disponibilização e a explicação do Projeto Pedagógico pelo curso;
- b) Da questão 10 até a 14: tratou-se sobre as **condições oferecidas pelo curso**, na compreensão de aspectos científicos, técnicos, sociais e econômico-financeiro;
- c) Da questão 15 até a 20: abordou-se sobre algumas **competências e habilidades** desejadas para o perfil profissional; e
- d) Da questão 20 até a 23: versou sobre as **atividades complementares**.

##### *Grupo 1: da questão 2 à 9 – aspectos gerais*

Quanto ao conhecimento dos estudantes sobre o Projeto Pedagógico do curso não houve diferença estatisticamente significativa nas respostas advindas das duas IES. Notou-se um baixo nível de apreensão visto que apenas cerca de 34% dos respondentes afirmaram ter conhecimento sobre tal projeto.

Quando questionados sobre a disponibilização, e explicação, desse projeto pela coordenação do curso percebeu-se diferença na percepção dos discentes quando considerada a IES destes, entretanto, a tendência das respostas seguiu direcionamento semelhante.

A diferença se deu pelo fato de que estudantes da IES pública, em sua maioria, afirmaram discordar totalmente, enquanto os da IES privada (a maioria) afirmaram discordar mais que concordar. Esse alto grau de discordância, 66% do total de respondentes, demonstra um distanciamento das ações das coordenações dos cursos frente aos discentes nas instituições estudadas, corroborado pelo fato de que na IES pública nenhum aluno afirmou concordar totalmente com essa afirmação. Explica-se, em parte, o baixo nível de conhecimento sobre o Projeto Pedagógico pelo fato de não haver, na opinião dos discentes, disponibilização e explicação sobre esse aspecto pela coordenação.

No Projeto Pedagógico encontra-se a estrutura do curso, e deve, de acordo com a Resolução CNE/ CES nº 10/ 2004, possuir entre outros aspectos, o perfil profissional esperado para o bacharel em termos de competências e habilidades, além de sistemas de avaliação e componentes curriculares. Nesse contexto, o não conhecimento dos estudantes sobre esse Projeto pode levar a ser interpretada tal qual como se o estudante não conhecesse o curso no qual está matriculado.

No que diz respeito ao conhecimento sobre a vocação do curso, os alunos de ambas instituições seguiram a mesma tendência de resposta. Quando aglutinadas as respostas “concordo totalmente” e “concordo mais que discordo” para essa questão soma-se um total de 77% dos respondentes. Embora o resultado do teste estatístico tenha apontado diferença significativa na percepção dos discentes, pois a maioria daqueles da

**Tabela 1:** Resultados do Teste Estatístico *U Mann-Whitney*

Questões	Resultado	Decisão
2. Conheço o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis	0,665	Aceitar $H_0$
3. O Projeto Pedagógico do Curso é disponibilizado e explicado pela Coordenação	0,000	Rejeitar $H_0$
4. Conheço a vocação do Curso de Ciências Contábeis	0,001	Rejeitar $H_0$
5. O cumprimento de disciplinas (componentes curriculares) em outros cursos, como forma de realização da interdisciplinaridade é estimulada no meu Curso de Ciências Contábeis	0,000	Rejeitar $H_0$
6. Julgo ser importante a possibilidade de vivenciar disciplinas de outros cursos, como forma de integralizar o currículo	0,014	Rejeitar $H_0$
7. Percebo uma ligação entre teoria e prática, no conjunto das atividades didáticas do meu Curso de Ciências Contábeis	0,088	Aceitar $H_0$
8. Sou incentivado(a) a desenvolver pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica	0,139	Aceitar $H_0$
9. Tenho consciência da importância da educação continuada, a exemplo de programas de pós-graduação, para atender as efetivas demandas do desempenho profissional	0,629	Aceitar $H_0$
<b>O meu Curso de Graduação em Ciências Contábeis oferece condições para que eu, no âmbito nacional e internacional, seja capacitado a:</b>		
10. Compreender as <u>questões científicas</u> da área contábil nos diferentes modelos de organização	0,006	Rejeitar $H_0$
11. Compreender as <u>questões técnicas</u> da área contábil nos diferentes modelos de organização	0,006	Rejeitar $H_0$
12. Compreender as <u>questões sociais</u> vinculadas à área contábil nos diferentes modelos de organização	0,492	Aceitar $H_0$
13. Compreender as <u>questões econômicas e financeiras</u> vinculadas à área contábil nos diferentes modelos de organização	0,274	Aceitar $H_0$
14. O meu Curso oferece condições para que eu revele capacidade crítico-analítica de avaliação, com o advento da tecnologia da informação, quanto às implicações organizacionais	0,010	Rejeitar $H_0$
15. O meu Curso oferece condições para que eu possa utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais	0,267	Aceitar $H_0$
16. O meu Curso oferece condições para que eu possa elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz dos usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais	0,000	Rejeitar $H_0$
17. O meu Curso oferece condições para que eu possa aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis	0,000	Rejeitar $H_0$
18. O meu Curso oferece condições para que eu possa desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão	0,013	Rejeitar $H_0$
19. O meu Curso oferece condições para que eu possa exercer responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis	0,030	Rejeitar $H_0$
20. O meu Curso oferece condições para que eu possa apoiar o gerenciamento, o controle e a prestação de contas de entidades governamentais e entidades sem fins lucrativos	0,201	Aceitar $H_0$
21. Sou estimulado a realizar estágio em organizações	0,026	Rejeitar $H_0$
22. Sou estimulado a produzir artigos científicos ou monografias	0,372	Aceitar $H_0$
23. O ambiente acadêmico onde é oferecido o meu Curso de Ciências Contábeis possibilita atividades complementares, a exemplo de estudos e atuações independentes e transversais; bem como atividades de extensão	0,007	Rejeitar $H_0$

**Fonte:** Elaboração própria.

IES pública afirmou concordar mais que discordar e a maioria dos da IES privada afirmou concordar totalmente, o direcionamento geral da percepção dos estudantes foi semelhante. O fato de esses alunos encontrarem-se no final do curso pode ser um facilitador para que eles conheçam a vocação do curso, visto que passaram por todas as etapas e por vários professores até o período em que se encontram matriculados.

A quinta questão traz a percepção dos discentes quanto ao estímulo no curso, ao cumprimento de disciplinas em outros cursos, isto é, se há por parte do curso um incentivo para a

prática da interdisciplinaridade. Considerando ser, esta prática, um instrumento que revela a preocupação do curso com os discentes, pelo despertar destes, para uma realidade que vai além do seu ambiente, cumprindo assim, com o que emana o Art. 8º da Resolução ora investigada no que tange ao componente curricular *Atividades Complementares*.

Estatisticamente os resultados apresentados pelas IES divergiram entre si, quanto à percepção à interdisciplinaridade incentivada pelo curso, constatou-se que na IES pública pouco mais de 75% dos respondentes tendem a discordar que seu cur-



so estimule o cumprimento de disciplinas em outros cursos. Já a IES privada, revela um posicionamento oposto dos estudantes, apresentando em torno de 47% a tendência de concordar. Nesse sentido, a IES pública está em uma condição mais distante, segundo seus alunos, ao que estabelece a Resolução nº 10.

Com relação ao julgamento pelo aluno da importância de cursar disciplinas de outros cursos, como forma de integralizar o currículo, cerca de 80% dos respondentes tendem a concordar. Demonstrando um elevado grau de concordância pelas duas IES. Muito embora estatisticamente as percepções dos dois grupos tenham tido resultados diferentes. Isto porque, a concentração na opção “concordo totalmente” foi muito superior pela IES pública, quase o dobro, do que pela outra instituição. Este resultado, quando confrontado com a questão anterior, revela que apesar dos alunos darem importância à interdisciplinaridade, a maioria da IES pública e quase metade da IES privada, afirmam que falta incentivo por parte do curso que realizam.

A sétima pergunta diz respeito à ligação entre a teoria e prática promovida no curso, dentro do conjunto de atividades didáticas oferecidas. Constatou-se estatisticamente que as percepções não diferem quanto a esta questão. Para as duas IES obteve-se resultados semelhantes, com uma tendência de discordância, de aproximadamente 62%, de que o curso pratique a referida atividade didática. Para a Resolução, em seu Art. 5º, item III, as diretrizes de formação teórico-prática, que englobam dentre outros, o estágio supervisionado, a prática em laboratório, os estudos independentes, sobretudo no sentido de proporcionar aos discentes uma aproximação maior com o mundo do trabalho, passam a ser componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do formando e que devam estar contempladas nos objetivos dos cursos.

Quanto ao incentivo dado pelas IES aos alunos no desenvolvimento da pesquisa, como forma de prolongamento da atividade de ensino, notou-se que a maioria dos respondentes, em torno de 65%, apontam negativamente a este incentivo. Em consonância com o resultado estatístico de percepção, que aceitou a hipótese nula, de que não há diferenças significativas nesta questão. Um dado um tanto preocupante, tendo em vista que a prática e incentivo à pesquisa pode ser entendida como um método de estudo valioso, a partir do momento que oferece ao aluno a oportunidade de interagir com a sua ciência. Mesmo porque, o incentivo à pesquisa deverá ser parte integrante do projeto pedagógico do curso, segundo o Art. 2º, parágrafo 1, item VIII, porém na visão dos discentes as IES investigadas não praticam esse incentivo em suas práticas pedagógicas.

Outra questão pesquisada foi com relação à consciência do alunado quanto à importância da educação continuada, como forma de garantir e atender as demandas do desempenho profissional, onde, estatisticamente, não foram apresentadas diferenças significativas entre as IES estudadas. Isto quer dizer, em termos percentuais, um total de 94% aproximadamente de respondentes das respectivas instituições tendem a concordar sobre a importância de uma formação contínua, a exemplo dos programas de pós-graduação. Vale destacar que a percepção sobre a necessidade de educação continuada é condição essencial

para a melhoria na qualidade do profissional, pois emerge como uma necessidade latente de um processo perene para aqueles que ingressarão na vida profissional, não apenas como um requisito de competência profissional, mas como uma constatação de excelência do profissional contábil. Sobre educação continuada a Resolução preconiza em seu Art. 2º, parágrafo 3, que as IES podem incluir em seus projetos pedagógicos do curso, a oferta de programas de pós-graduação *lato sensu*.

#### *Grupo 2: da questão 10 à 14 - condições oferecidas pelos cursos*

A décima questão está relacionada à capacitação oferecida pelos cursos de graduação de Contabilidade, no que se refere à compreensão de questões científicas, no âmbito nacional e internacional, como forma de atribuir ao futuro contabilista condições necessárias a atuarem no mercado. Estatisticamente, os resultados das duas IES investigadas, possuem percepções diferentes, relativas a estas questões. Mais especificamente, em termos percentuais, dos 87 respondentes da IES pública, 60% tende a discordar que o seu curso ofereça condições de compreensão em questões científicas. Por outro lado, dos 59 respondentes da IES privada, quase 64% destes tendem a concordar que o seu respectivo curso tenha ensejado tais condições. Mais uma vez, um resultado preocupante para a IES pública, tendo em vista que a Resolução em questão entende que o perfil do futuro profissional necessita destes conhecimentos nos diferentes tipos e modelos de organizações.

Quanto às questões técnicas, estatisticamente, acompanhou o resultado da questão anterior, possuindo percepção significativamente diferentes entre as IES objetos do estudo. A maioria dos alunos da IES pública, cerca de 54% dos respondentes, apresentaram um viés na concordância que sua instituição oferece a compreensão nestas questões. Vale destacar que 44% dos respondentes deste grupo tendem a discordar que seus cursos ensajem tais questões. Em contrapartida, 68% dos respondentes da IES privada opinou entre “concordo totalmente” e “concordo mais que discordo”, que a sua instituição capacita na compreensão em questões técnicas, nos mais diferentes tipos de organização.

No quesito 12, que tratou sobre as condições que as IES promovem na compreensão de questões sociais, no âmbito nacional e internacional, nos mais diferentes modelos organizacionais, teve-se como resultado estatístico a não diferença significativa de percepção entre as IES. Na IES privada, de um universo de 59 respondentes, pouco mais de 54% apresentou tendência a concordar que o seu curso propicia tais condições. Vale salientar que quase 41% tende a discordar com tal assertiva. Percentual esse que vai de encontro ao que estabelece a Resolução, especificamente no Art. 3º, item I. Para a IES pública este percentual se concentrou de maneira igualitária, tendo em vista que o percentual de opiniões ficou em aproximadamente 50% de tendência a concordar e 50% de tendência a discordar. Se considerado o total de respondentes das duas IES, o percentual que tende a discordar é de 48% aproximadamente, denotando um resultado que necessita de uma reflexão mais profunda nas questões sociais, tendo em vista que tal concepção é pertinente ao que estabelece a Resolução, na formação do futuro Contador.



Quando indagados sobre as condições oferecidas pelos cursos das respectivas instituições, na compreensão de questões econômicas e financeiras, em sua formação, não se verificou diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos. A maioria dos respondentes das duas IES, cerca de 63%, demonstrou tendência a concordar, que as suas IES oferecem condições para o conhecimento e compreensão de tais questões.

Outra questão pesquisada foi relacionada às condições que o curso oferece, quanto à capacidade crítico-avaliativa nos aspectos organizacionais, com o advento da tecnologia da informação. Este requisito de formação profissional é uma exigência da Resolução, que objetiva que os discentes devam possuir essas competências e habilidades neste aspecto, estimulando o uso dos computadores, *internet*, *softwares* (contábeis, administrativos, financeiros e gerenciais), dado o ambiente de constante evolução tecnológica, que causam impactos diretos no exercício da profissão do Contador.

A Resolução também propõe que o futuro Contador desenvolva, analise e implante sistemas de informações contábeis, com o uso da tecnologia da informação. Estatisticamente, o resultado apresentado evidenciou a diferença de percepções entre os dois grupos estudados. A maioria dos respondentes da IES pública tendeu a discordar sobre este aspecto, em termos percentuais representado por 54% dos respondentes. Por outro lado, 61% dos respondentes da IES privada tenderam a concordar que seu curso oferece condições necessárias para o despertar da capacidade crítico-analítica em diferentes organizações, com o ferramental disponibilizado pelo uso da tecnologia da informação.

### *Grupo 3: da questão 15 à 20 – algumas competências e habilidades*

As condições que o curso de bacharelado oferece aos estudantes, na utilização adequada da terminologia e na linguagem nas Ciências Contábeis, foram objeto da questão 15. O resultado estatístico não evidenciou diferenças significativas entre as percepções das IES estudadas. No entanto, em termos absolutos, houve uma equivalência na visão dos respondentes da IES pública, entre tendência a concordar e a discordar sobre tal questão. Já para os respondentes da IES privada revelou os seguintes percentuais: 60% com tendência a concordar e o restante com tendência a discordar. Estes resultados demonstram que o entendimento adequado da terminologia e da linguagem, em termos globais, fica em torno de 53% dos respondentes, que tendem a concordar que o seu curso oferece condições necessárias para estes aspectos.

No quesito 16, o estudante foi indagado sobre as condições oferecidas pelos cursos na elaboração de pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz dos usuários da Contabilidade, em qualquer que seja os modelos organizacionais. Em termos percentuais, a IES pública apresentou um percentual de quase 66% dos respondentes que tendem a discordar que o seu curso ofereça tais condições. O mesmo percentual foi apresentado pela IES privada. Sendo que nesta, a opinião foi entre os que tendem a concordar. Estes resultados estão em consonância com os resultados estatísticos demonstrados. Uma vez que as percepções dos dois grupos

diferiram significativamente. Esta competência se apresenta na Resolução como um dos requisitos mínimos para a formação do Contador. Pode-se notar que a IES pública evidenciou um percentual preocupante, isso leva a crer que o curso não vem desempenhando bem esta habilidade em seu decorrer.

No que diz respeito à questão número dezessete a percepção dos discentes se mostrou estatisticamente distinta. Analisando-se o direcionamento das respostas destes pode-se observar que aqueles vinculados à IES pública mostraram-se, em sua maioria, contrários à afirmação proposta, enquanto os vinculados à IES privada tomaram uma posição de concordância. Isso demonstra que na visão dos estudantes a IES privada é a que melhor oferece condições para que estes apliquem adequadamente a legislação inerente às funções contábeis, uma vez que nela eles se sentem mais preparados para realizar essa atividade.

A questão de número 18 apresentou características gerais de uma situação de trabalho em grupo, fato que é corriqueiramente exigido no mercado de trabalho para o contador, como motivação, liderança, bom nível de articulação e capacidade de disseminação de informações com precisão. O teste estatístico revelou diferentes percepções para as referidas instituições, talvez pelo fato de que apesar de haver um direcionamento semelhante pela maioria dos percentuais (ou seja, nas duas instituições o maior percentual das respostas direcionou-se para as respostas que indicam discordância) comparando-se o percentual de respondentes das duas IES que tenderam a concordar verifica-se que houve apenas 19% da instituição pública, enquanto que na instituição privada ocorreu cerca de 44%, mostrando uma divisão de opinião dos estudantes vinculados à IES privada.

A percepção dos alunos mostrou-se estatisticamente diferente quanto às condições para exercer responsabilidades com expressivo domínio das funções contábeis. Aproximadamente 60% dos discentes vinculados à IES pública afirmaram discordar da existência dessas condições durante o curso, enquanto cerca de 58% dos vinculados à instituição privada posicionaram-se justamente de forma contrária: concordando com a existência dessas condições. Mais uma vez fica evidenciada a situação de que os estudantes da IES privada se sentem mais adequados às situações propostas pelas questões em comparação com os da instituição pública.

No que diz respeito ao oferecimento de condições ao discente para que este possa atuar profissionalmente, desenvolvendo atividades de apoio ao gerenciamento, controle e prestação de contas de entidades governamentais e entidades sem fins lucrativos, houve posicionamento semelhante da maioria dos respondentes das duas instituições, corroborando o resultado do teste estatístico que apontou semelhança na percepção dos discentes. 67% do total dos entrevistados apontaram para a tendência de discordar da existência dessas condições.

Vale ressaltar, que apesar desse direcionamento semelhante, a distribuição das respostas em cada instituição se deu de forma diferente, sendo 77% dos alunos da IES pública tendendo a discordar enquanto 52% da IES privada responderam dessa forma, o que aponta uma divisão semelhante dos estudantes da instituição privada que tenderam a concordar ou a discordar, enquanto que menos de 20% dos vinculados à IES pública tende-

ram a concordar. Fica então exposto um maior apontamento segundo opinião dos discentes ao distanciamento das atividades da instituição pública à proposta da Resolução em estudo.

As questões 15, 16, 17, 18, 19 e 20 têm sua origem no artigo 4º da Resolução nº 10 que cita as competências e habilidades mínimas que o curso de Ciências Contábeis deve revelar. Ao analisar esse grupo como um todo se percebe que há latente distanciamento de opiniões dos alunos das duas IES. De acordo com as análises anteriores observa-se que a maior parte dos alunos da IES pública não percebeu a incorporação dessas competências e habilidades durante o decorrer do curso.

#### *Grupo 4: da questão 20 à 23 – atividades complementares*

Quanto ao estímulo por parte da instituição à realização de estágios em organizações a percepção dos estudantes mostrou-se estatisticamente distinta. Tal qual ocorreu no bloco das questões anteriores, o maior percentual das respostas em cada instituição tendeu às respostas que indicam discordância, entretanto na pública esse valor alcançou quase 80%, enquanto na IES privada alcançou 54%. Como o índice de alunos que afirmou não ter opinião formada foi razoavelmente baixo percebe-se que o percentual de alunos vinculados à IES pública que discordou é bastante superior aos alunos da IES privada. De acordo com a Resolução CNE/CES 10 em seu artigo 7º “o estágio curricular supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando”. (BRASIL, 2004, p. 3)

Sobre o estímulo por parte da instituição à produção de artigos científicos ou monografias o teste estatístico revelou semelhança entre as percepções dos estudantes. Nesse caso notou-se que a distribuição das respostas se deu de forma bastante semelhante, embora a soma dos maiores percentuais tenha apontado diferentes tendências. A maioria dos discentes da IES pública apontou para respostas que apontam discordância enquanto os da IES privada tenderam a concordar, embora nessa situação possa se observar que os percentuais dentro da mesma instituição foram bem distribuídos. Mesmo tendo a maioria se direcionado para a discordância na IES pública, ainda houve aproximadamente 40% de estudantes que tenderam a concordar. O mesmo aconteceu na IES privada: mesmo 51% dos respondentes tendo se direcionado à concordância ainda houve quase 43% de tendência à discordância.

Acrescentando-se a essa análise os resultados encontrados na questão número 8, que trata do incentivo ao desenvolvimento de pesquisa científica, pode-se perceber que não há uma posição bem definida dos estudantes quanto a esse aspecto, pois nesse quesito mesmo com a tendência de discordância ainda houve uma média de 30% de alunos que tenderam a concordar. Faz-se necessário maior aprofundamento em questões dessa natureza para se averiguar os motivos desse contrassenso de opiniões dos estudantes sobre um aspecto relevante no aprendizado e no desenvolvimento da ciência que é a pesquisa científica, que está inserida no tripé básico dos objetivos da universidade: pesquisa-ensino-extensão.

A última questão tratou sobre o ambiente acadêmico e a possibilidade de realização de atividades complementares. Por atividades complementares entende-se componentes curriculares

que possibilitam o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade (BRASIL, 2004). Os alunos tiveram tendências de respostas distintas nesse quesito, corroborado pelo resultado do teste estatístico que aponta diferença estatisticamente significativa na percepção dos estudantes. A maioria daqueles vinculados à IES privada, 56%, apontou para as respostas de cunho concordante, enquanto a maioria daqueles vinculados à pública, 62%, tendeu a se posicionar contrariamente, o que demonstra mais uma vez a opinião dos estudantes de que a IES pública não se adequa ao modelo proposto pela Resolução em questão.

## **5 CONCLUSÃO**

Considerando-se os resultados apresentados através de vários aspectos contidos na Resolução nº 10 expostos aos estudantes entrevistados em forma de questões para que eles apresentassem sua percepção no âmbito do seu curso de graduação em Ciências Contábeis, pode-se inferir, inserindo suas respostas nos conteúdos da Resolução em estudo, que nenhuma das duas instituições está completamente adequada às propostas da Resolução em questão. A instituição pública ainda se torna mais sobressalente, pois se comparada à IES privada esta encontra-se em maior desacordo com o modelo e à estrutura proposta por esta Resolução, visto que os estudantes da IES pública mantiveram na maioria das suas respostas um caráter de discordância predominante ao contrário dos estudantes da IES privada.

Sem a intenção de generalizar os resultados alcançados e sabendo das limitações de uma pesquisa indutiva, devido a pesquisa possuir caráter não-paramétrico, pode-se concluir que a percepção dos estudantes da IES pública no que diz respeito às providências existentes na Resolução nº 10/2004 reflete, em sua maioria, impactos negativos no Curso da instituição à qual eles encontram-se vinculados, enquanto a percepção daqueles vinculados à IES privada sobre esses mesmos aspectos reflete, em sua maioria, impactos positivos no Curso da instituição à qual estão vinculados.

A questão que se coloca é que ambas as IES, principalmente a pública, devem oportunizar uma reavaliação sobre tais aspectos investigados, tendo em vista a busca de uma formação adequada a uma realidade nacional e internacional do campo de trabalho dos Contadores, não devendo haver apenas preocupação em um bom planejamento e execução estritamente normativos, mas que haja sua operacionalização, através das respectivas coordenações e professores que lecionam nestes cursos, de forma mais eficaz e eficiente ao passo que seus atos e suas atitudes possam ser percebidos pelos estudantes envolvidos no processo de construção do conhecimento.

## **6 REFERÊNCIAS**

ABREU, Maria Célia de. *O professor universitário em aula: a prática e princípios teóricos*. M. Célia de Abreu, Marcos T. Masetto. 4 ed. São Paulo: MG. Ed. Associados, 1985.

BRASIL *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível na internet: <http://www.mec.gov.br>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. *Resolução nº. 10, de dezembro de 2004*. Câmara de Educação Superior / Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 20 out 2005.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro; TERRAZAN, Eduardo e TOMAZETTI, Elisete. *Profissão docente: algumas dimensões e tendências*. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/revce/2004/02/a2.htm>> Acesso em: 12 out. 2006.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação-Câmara de Educação Superior – *Resolução CNE/CES 10*, de 16 de Dezembro de 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf)> Acesso em: 04 de jan. de 2007.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *A valiação do Sistema Educacional Brasileiro: tendências e perspectivas*. Brasília. INEP, 1998.

CHEIBUB, Theócrita Pereira. *Currículos plenos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis: uma análise de grades curriculares recentes*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Programa Multiinstitucional). Brasília/ DF, 2003. 206 p.

CUNHA, Maria Isabela. *O professor Universitário na transição de paradigmas*. 1ª ed. – Araraquara: JM Editora, 1998.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *Política e educação*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Novos paradigmas do ensino da contabilidade na pós-graduação. *UnB Contábil/ Departamento de Ciências Contábeis e A tuarais da Universidade de Brasília/ Paralelo 15* – Brasília: Departamento, 2000. primeiro semestre, 1999.

LOPES, Jorge Expedito de Gusmão (Org.) et al. *O Fazer do Trabalho Científico em Ciências Sociais Aplicadas*. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma introdução ao estudo da escola do terceiro milênio. A escola contingencial. *Revista de Administração Educacional*, Recife, v.1, n.1, p.39-45, jul./ dez., 1997.

LAFFIN, Marcos. O professor de contabilidade no contexto de novas exigências. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, nº 127, 2001.

MARION, José Carlos. *A spectos do ensino da contabilidade nos Estados Unidos*. São Paulo: FIEPECAFI, 1992. Monografia. (Pós-Doutoramento em Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuaría da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MULATINHO, Caio E. S. *Educação Contábil: Um Estudo Comparativo das Grades Curriculares e da Percepção dos Docentes dos Cursos de Graduação das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, Referentes ao Programa Mundial de Estudos em Contabilidade Proposto pelo ISAR/ UNCTAD/ ONU*. 2007. *Dissertação (Mestrado) Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/ UFPE/ UFRN/ UFPB)*, Recife, 2007.

NÓVOA, Antônio. *Temas de Educação Os professores e a sua formação*. 1. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, Ltda, 1992.

PEREIRA, Dimmitre Morant Vieira Gonçalves; LOPES, J. E. G. Um estudo sobre a formação do bacharel em ciências contábeis e as implicações curriculares. In: II COLÓQUIO INTERNACIONAL POLÍTICAS E PRATICAS CURRICULARES: IMPASSES, TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS, 2005, João Pessoa. *Anais...*, 2005.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Philippe Perrenoud: trad. Bruno Charles Magne. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. Evidências da Globalização na Educação Contábil: estudo das grades curriculares dos cursos de graduação em universidades brasileiras e portuguesas. *Revista de Contabilidade e Finanças – USP*, São Paulo, nº. 35, p. 35-44, maio/ agosto, 2004.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e Interdisciplinariedade. O Currículo Integrado*. Porto Alegre: artes médicas, 1998.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JR, J. *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. Trad. Sara Ianda Correa Carmona. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. *O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídicos e educacional, da cultura e do mercado*. São Paulo: Atlas, 2005.

ZABALA, Antônio. *A prática Educativa*. Como ensinar. Porto Alegre: artmed, 1998.

## Apêndice A - Tabela das Perguntas Segregadas por Instituição (%)

Respostas	Questão 2		Questão 3		Questão 4		Questão 5		Questão 6	
	IES Púb.	IES Priv.	IES Púb.	IES Priv.	IES Púb.	IES Priv.	IES Púb.	IES Priv.	IES Púb.	IES Priv.
Concordo totalmente	1,15%	15,25%	0,00%	13,56%	17,24%	49,15%	3,45%	23,73%	56,32%	33,90%
Mais concordo que Discordo	32,18%	20,34%	10,34%	27,12%	56,32%	33,90%	16,09%	23,73%	27,59%	40,68%
Não tenho opinião formada	19,54%	16,95%	12,64%	8,47%	2,30%	5,08%	4,60%	8,47%	2,30%	0,00%
Mais discordo que concordo	35,63%	27,12%	36,78%	30,51%	14,94%	5,08%	31,03%	27,12%	8,05%	15,25%
Discordo totalmente	11,49%	20,34%	40,23%	20,34%	9,20%	6,78%	44,83%	16,95%	5,75%	10,17%
	Questão 7		Questão 8		Questão 9		Questão 10		Questão 11	
Concordo totalmente	10,34%	16,95%	9,20%	13,56%	72,41%	69,49%	5,75%	30,51%	5,75%	20,34%
Mais concordo que Discordo	18,39%	30,51%	25,29%	16,95%	22,99%	22,03%	34,48%	33,90%	37,93%	47,46%
Não tenho opinião formada	1,15%	3,39%	0,00%	1,69%	1,15%	1,69%	0,00%	0,00%	2,30%	0,00%
Mais discordo que concordo	37,93%	25,42%	40,23%	25,42%	1,15%	5,08%	48,28%	16,95%	44,83%	18,64%
Discordo totalmente	32,18%	23,73%	25,29%	42,37%	2,30%	1,69%	11,49%	18,64%	9,20%	13,56%
	Questão 12		Questão 13		Questão 14		Questão 15		Questão 16	
Concordo totalmente	8,05%	16,95%	3,45%	25,42%	3,45%	15,25%	6,90%	15,25%	3,45%	20,34%
Mais concordo que Discordo	37,93%	37,29%	59,77%	37,29%	36,78%	45,76%	41,38%	44,07%	28,74%	45,76%
Não tenho opinião formada	3,45%	3,39%	0,00%	1,69%	5,75%	0,00%	0,00%	0,00%	2,30%	0,00%
Mais discordo que concordo	40,23%	23,73%	31,03%	22,03%	41,38%	23,73%	44,83%	27,12%	50,57%	20,34%
Discordo totalmente	10,34%	18,64%	5,75%	13,56%	12,64%	15,25%	6,90%	13,56%	14,94%	13,56%
	Questão 17		Questão 18		Questão 19		Questão 20		Questão 21	
Concordo totalmente	4,60%	25,42%	2,30%	8,47%	3,45%	13,56%	3,45%	8,47%	2,30%	22,03%
Mais concordo que Discordo	39,08%	45,76%	17,24%	35,59%	34,48%	44,07%	17,24%	35,59%	16,09%	18,64%
Não tenho opinião formada	3,45%	0,00%	2,30%	3,39%	2,30%	5,08%	2,30%	3,39%	2,30%	5,08%
Mais discordo que concordo	44,83%	18,64%	60,92%	38,98%	48,28%	28,81%	59,77%	27,12%	35,63%	22,03%
Discordo totalmente	8,05%	10,17%	17,24%	13,56%	11,49%	8,47%	17,24%	25,42%	43,68%	32,20%
	Questão 22		Questão 23							
Concordo totalmente	6,90%	23,73%	2,30%	22,03%						
Mais concordo que Discordo	33,33%	27,12%	29,89%	33,90%						
Não tenho opinião formada	2,30%	6,78%	5,75%	5,08%						
Mais discordo que concordo	42,53%	22,03%	40,23%	20,34%						
Discordo totalmente	14,94%	20,34%	21,84%	18,64%						

Fonte: Elaboração Própria